

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Missão Velha

Vara Única da Comarca de Missão Velha

Rua Cel. José Dantas, S/N, Boa Vista - CEP 63200-000, Fone: (88) 3542-1660, Missão Velha-CE - E-mail: missaovelha@tjce.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **0280011-71.2021.8.06.0125**  
Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**  
Classe: **Ação Civil Pública Infância e Juventude**  
Assunto: **Obrigações de Fazer / Não Fazer**  
Requerente: **Ministério Público do Estado do Ceará e outro**  
  
Requerido: **Procuradoria Geral do Município de Missão Velha e outros**

Trata-se de **AÇÃO CIVIL PÚBLICA CUMULADA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA**, proposta pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**, na condição de substituto processual de **Mário Victor dos Santos Silva** contra o **ESTADO DO CEARÁ e MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA/CE**, de quem pede o fornecimento do tratamento cirúrgico **para correção de pé torto direito congênito (CID Q 66.0)**, já que, por ser de alto custo, não dispõe de condições financeiras para o tratamento indiciado.

Inicial instruída com documentos, dentre eles atestado médico certificando ser a parte autora ser portadora da enfermidade indicada na inicial e seu modo de tratamento.

Liminar concedida às **fls. 28/30**.

**CITADO**, o **MUNICÍPIO** apresentou contestação (fls. 43/55). Citado, o **ESTADO DO CEARÁ**, não apresentou contestação.

Matéria unicamente de direito, em especial por não ter as partes acionadas questionado a doença do autor e tratamento indicado na inicial, ambos regularmente comprovado por atestado firmado por médico.

O Ministério Público em parecer requereu o julgamento do feito com resolução do mérito. (fls. 111/113).

Certidão de fl. 114/115 confirmando a realização do tratamento requerido.

É o breve **RELATO**.

**DECIDO**.

Inicialmente, decreto a revelia do Estado do Ceará, por não ter apresentado contestação, observando-se as peculiaridades dos efeitos que lhe são próprios, por se tratar da fazenda pública sendo demandada em juízo.

As partes não pugnaram pela produção de outras provas, já havendo prova



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Missão Velha

Vara Única da Comarca de Missão Velha

Rua Cel. José Dantas, S/N, Boa Vista - CEP 63200-000, Fone: (88) 3542-1660, Missão Velha-CE - E-mail: missaovelha@tjce.jus.br

documental suficiente nos autos para o esclarecimento dos fatos, possibilitando o julgamento antecipado do mérito (art. 355, I, CPC).

Inicialmente para ratificar o conteúdo da antecipação de tutela concedida nos autos, em especial a afirmativa de que *a obrigação de prestar integral assistência à saúde da população*, nela se incluindo a autora, é comum e decorre do disposto nos arts. 5º, caput, art. 23, II, e 196, da Constituição Federal Brasileira.

O direito à saúde, constitucionalmente previsto, é indissociável do direito à vida, e impõe ao poder público o dever de ações efetivas no sentido de garanti-la a todos.

É o que determina o art. 196 da Constituição Federal, in verbis:

*“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”* (grifei)

Nas palavras de Dirley da Cunha Júnior:

*“O direito social à saúde é tão fundamental, por estar mais diretamente ligado ao direito à vida, que nem precisava de reconhecimento explícito”* (Cursode direito constitucional. 2. ed. rev. amp. e atual. Salvador: JusPodivm, 2008. p. 703).

Dessa forma, cabe à parte autora, livremente e sem qualquer vício processual, acionar a quaisquer dos entes da Administração Pública, isolada ou cumulativamente, na busca da proteção de seu direito à saúde.

Segundo entendimento dos tribunais superiores, a obrigação de prestação de tratamento de saúde e fornecimento de medicamentos é solidária, podendo o paciente pleitear o tratamento em face dos entes federativos, isolada ou conjuntamente, sem prejuízo de compensação posterior entre os entes públicos, observando-se certos critérios de repartição de competências, como o custo do medicamento, além dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização (STF RE 855118 ED).

É inequívoca a responsabilidade da União, Estados e Municípios, na promoção da saúde como corolário ao direito e garantia fundamental à vida, essa matéria já se encontrando consolidada na jurisprudência de nossos Tribunais, decorrente das regras contidas no art. 5º, caput, c/c 23, II e art. 196, todos da Constituição Federal Brasileira.

Nesse sentido, segue a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. FORNECIMENTO DE

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Missão Velha

Vara Única da Comarca de Missão Velha

Rua Cel. José Dantas, S/N, Boa Vista - CEP 63200-000, Fone: (88) 3542-1660, Missão Velha-CE - E-mail: missaovelha@tjce.jus.br

MEDICAMENTO. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. O Município tem legitimidade ad causam para figurar no polo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso a medicamentos para tratamento de problema de saúde. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 227982/PA. Data do Julgamento 05/03/2015 Data da Publicação/Fonte DJe 11/03/2015)

Nessa visão, não pode o Poder Público se eximir da responsabilidade de custear tratamentos médicos ou fornecer medicamentos à população, notadamente quando se apresentam como os únicos eficazes ao restabelecimento da saúde da pessoa e garantia de vida dignidade, independentemente de sua condição social, política e financeira.

Em se tratando de medicamento ou tratamento constante da lista do SUS, não há qualquer dúvida do dever de fornecimento pelo ente público, pois os tratamentos ali elencados devem ser prontamente prestados à população, devendo estar incluídos no planejamento rotineiro do ente público integrante do Sistema Único de Saúde, sendo suficiente a prova da necessidade do medicamento/tratamento através de profissional habilitado.

No caso do medicamento não ser incorporado pelo SUS, o dever de dispensação pelo ente público percorre o preenchimento dos requisitos traçados pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recurso repetitivo sobre a matéria.

Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça esboçado no recurso repetitivo (Resp. 1.657.156 RJ), é dever do ente público o fornecimento de medicamento não incorporado na lista do Sistema Único de Saúde, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

1 comprovação, por meio de laudo médico fundamentado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade do medicamento, bem como a ineficácia de outros fármacos fornecidos pelo SUS;

2 incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito;

3 existência de registro na ANVISA do medicamento.

Na espécie dos autos, a documentação que acompanha a inicial, em especial atestado e relatório médicos firmado por médico que acompanha o paciente, bem como a natureza da doença por ela portada, demonstram, com suficiente clareza, a imprescindibilidade e urgente necessidade do tratamento indicado na inicial, sob pena de danos irreparáveis a sua saúde e que se mostram comuns à doença diagnosticada, tratando-se

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Missão Velha

Vara Única da Comarca de Missão Velha

Rua Cel. José Dantas, S/N, Boa Vista - CEP 63200-000, Fone: (88) 3542-1660, Missão Velha-CE - E-mail: missaovelha@tjce.jus.br

de pessoa de baixa renda, sem condições de arcar o tratamento às suas próprias expensas.

Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na petição inicial, nos termos do que dispõe o art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, confirmando a liminar concedida nos autos, e **CONDENO**, solidariamente, o **ESTADO DE CEARÁ e MUNICÍPIO DE MISSÃO VELHA/CE** ao fornecimento a **Mário Victor dos Santos Silva** de tratamento médico adequado a sua condição de saúde descrita nos autos, incluindo a cirurgia de correção de pé torto congênito, a qual já foi realizada, conforme informações constantes dos autos.

Deixo de condenar os demandados em custas processuais ante a isenção legal conferida à Fazenda Pública. Do mesmo modo, considerando que a ação foi manejada pelo *Parquet*, também não há que se falar em honorários de sucumbência.

Sentença não sujeita a reexame necessário, por estar firmada em entendimento consolidado em julgamento de casos repetitivos (art. 496, § 4, inciso II, do CPC).

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com a devida baixa na estatística.

Registre-se. Publique-se. Intimem-se.

Expedientes necessários.

Missão Velha/CE, 16 de maio de 2023.

**Marcelino Emidio Maciel Filho**

Juiz de Direito